

População em situação de rua, expressão da desigualdade social¹

- Población en situación de calle, expresión de la desigualdad social
- Street population, expression of social inequality

João Clemente de Souza Neto²

Orlando Coelho Barbosa³

Leandro Alves Lopes⁴

Resumo: A população em situação de rua é um fenômeno urbano multifacetário, heterogêneo, geralmente constituído por pessoas abaixo da linha da pobreza, resultante das condições sociais, culturais, educacionais, religiosas, de gênero e saúde, e produzido pelo modelo político e econômico vigente. É um grupo social caracterizado por múltiplas privações de direitos que,

1 Este artigo é resultado de pesquisas que os autores desenvolvem no Grupo de Estudo e Pesquisa em Pedagogia Social (GEPPS), que tem como foco compreender as formas de apropriação e as estratégias de sobrevivência utilizadas pela pessoa em situação de vulnerabilidades, bem como as práticas de atendimento.

2 Pós-Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP, professor e pesquisador no Programa de Pós-Graduação EAHC e do Curso de Pedagogia. Líder do GEPPS; membro do Socius, da Universidade Técnica de Lisboa, do Instituto Catequético Secular São José, da Associação Civil Gaudium et Spes, da Pastoral do Menor e da rede internacional de Pedagogia Social. j.clemente@uol.com.br

3 Doutorando em Psicologia Educacional, no Programa de Psicologia do UNIFIEO e membro do GEPPS. ohaicai@gmail.com

4 Doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação, Arte, História da Cultura, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, membro do GEPPS. Atua como Orientador Pedagógico do Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto, Assessor nacional das Escolas de Cidadania e da Pastoral do Menor. leandro.alps1@gmail.com

de modo geral, as políticas públicas ainda são insuficientes para atender. Os dados estatísticos apontam que o número da população em situação de rua aumenta à medida que a desigualdade social cresce. O objetivo deste artigo é compreender a dinâmica dessa população e sua vinculação com a desigualdade social. Para a percepção do fenômeno e análise do modo pelo qual as políticas públicas atuam na cidade de São Paulo, bem como sobre quais são as necessidades efetivas das pessoas em situação de rua, a metodologia adotada foi exploratória descritiva, tendo como base documentos e entrevistas. Foram entrevistadas duas pessoas que viveram na rua e hoje atuam no serviço Consultório na Rua do Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto. O que nos pareceu evidente é que as políticas locais mais reproduzem a desigualdade social do que promovem a garantia dos direitos. Os poucos acessos de dignidade advêm de ações solidárias de práticas da teologia, da filosofia e da pedagogia da libertação.

Palavras-chave: Pessoa em situação de rua. Desigualdade Social. Solidariedade. Consultório na Rua. BOMPAR.

Resumen: La población en situación de calle es un fenómeno urbano multifacético, heterogéneo, generalmente constituido por personas por debajo de la línea de la pobreza, resultante de las condiciones sociales, culturales, educativas, religiosas, de género y salud, y producido por el modelo político y económico vigente. Es un grupo social caracterizado por múltiples privaciones de derechos que, en general, las políticas públicas todavía son insuficientes para atender. Las estadísticas indican que el número de personas en situación de calle aumenta a medida que aumenta la desigualdad social. El objetivo de este artículo es comprender la dinámica de esta población y su vinculación con la desigualdad social. Para la percepción del fenómeno y el análisis del modo en que las políticas públicas actúan en la ciudad de São Paulo, así como sobre cuáles son las necesidades efectivas de las personas en situación de calle, la metodología adoptada fue exploratoria descriptiva, teniendo como base documentos y entrevistas. Fueron entrevistadas dos personas que vivieron en la calle y hoy actúan en el servicio Consultorio en la Calle del Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto. Lo que nos ha parecido evidente es que las políticas locales reproducen más la desigualdad social que la garantía de los derechos. Los pocos accesos de dignidad provienen de acciones solidarias de prácticas de la teología, de la filosofía y de la pedagogía de la liberación.

Palabras clave: Persona en situación de calle. Desigualdad Social. Solidaridad. Consultorio en la Calle. BOMPAR.

Abstract: The homeless population is a multifaceted, heterogeneous urban phenomenon, usually composed of people below the poverty line, resulting from social, cultural, educational, religious, gender and health conditions, and produced by the current political and economic model. It is a social group characterized by multiple deprivations of rights that, in general, public policies are still insufficient to meet. Statistics show that the number of homeless people increases as social inequality increases. The aim of this article is to understand the dynamics of this population and its link with social inequality. For the perception of the phenomenon and analysis of the way in which public policies operate in the city of São Paulo, as well as about what are the effective needs of people in street situations, the methodology adopted was descriptive exploratory, based on documents and interviews. Two people who lived on the street and today work in the service Office on the Street Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto were interviewed. What we have seemed clear to us is that local policies reproduce social inequality more than they promote the guarantee of rights. The few accesses of dignity come from solidarity actions of theology, philosophy and pedagogy of liberation practices.

Keywords: Homeless person. Social inequality. Solidarity. Office on the Street. BOMPAR.

Introdução

Este artigo visa evidenciar as correlações entre a desigualdade social e o aumento de pessoas em situação de rua, assim como as estratégias de sobrevivência dessa população na cidade de São Paulo. No Brasil e no mundo, a desigualdade social corrói a coesão social e a democracia. Sob a sociedade globalizada e moderna recai o peso de não efetivar o almejado estado de bem-estar social, com os agravantes da fome, violência, intolerância e da convivência com a perda de dignidade, invisibilidade, coisificação de pessoas, fortalecendo a cultura do descarte social, que persiste com diferentes roupagens, desintegra e potencializa paradoxalmente a confiança, a cooperação e a esperança. Entre as consequências inevitáveis, estão a perda do sentido existencial, as dificuldades de concretização dos sonhos, a reificação da esperança e dos desejos. Numa realidade, em que são

[...] cada vez mais numerosas as pessoas descartadas, privadas dos direitos humanos fundamentais, o princípio do bem comum torna-se, imediatamente, [...] um apelo à solidariedade e uma opção

preferencial pelos mais pobres. [...]. Basta observar a realidade para compreender que, hoje, esta opção é uma exigência ética fundamental para a efetiva realização do bem comum. (FRANCISCO, 2015, p. 95).

Os discursos do Papa Francisco e as teorias de uma pedagogia social humanizadora, articulados com os movimentos e comunidades comprometidas com a libertação, ecoam e exigem mudanças radicais das estruturas sociais e culturais. Neste contexto, múltiplas práticas de justiça e solidariedade se alastram pelo país.

O efeito cruzado dos desejos de garantir a solidariedade em um ambiente de insegurança econômica é a brutal simplificação da vida social: nós-contra-eles associado a você-entregue-a-si-mesmo. [...] Os brutais simplificadores da modernidade podem reprimir ou distorcer nossa capacidade de viver juntos, mas não eliminam nem podem eliminar essa capacidade. (SENNETT, 2012, p. 336).

As experiências comunitárias e as políticas sociais ainda se apresentam como uma importante estratégia de enfrentamento das iniquidades históricas nas questões de saúde da população brasileira. Elas podem ajudar a fortalecer os mecanismos de cooperação e solidariedade, a desconstruir os mecanismos de opressão. A Constituição Federal de 1988 reconhece os diversos grupos excluídos dos espaços decisórios, do acesso aos bens, da condição de cidadão, entre os quais estão as pessoas em situação de rua, um grupo heterogêneo complexo e privado de direitos.

Neste artigo, analisamos as práticas do Consultório na Rua, CRN, um serviço de políticas de atendimento de caráter transversal, desenvolvido pelo Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto, BOMPAR⁵, em colaboração com a Secretaria Municipal de Saúde da cidade de São Paulo. O CRN faz interfaces prioritariamente com a saúde e a assistência social. “Visto pelo seu caráter pioneiro, contrata para o cargo de agente comunitário de saúde pessoas que se encontram em situação de rua ou dela tiveram experiência e vivência.” (LOPES, 2020, p. 63).

Na metodologia deste trabalho, examinamos documentos, atas e relatórios do CNR e realizamos entrevistas semiestruturadas com duas profissionais do CRN BOMPAR que compartilharam suas experiências na rua até se tornarem profissionais da saúde e assistência social junto as pessoas em situação de rua.

As entrevistadas se declaram transexuais, militantes dos direitos LGBTQIA+ e das pessoas em situação de rua. Optaram neste trabalho por serem

5 Fundado em 1946, atende mais de 10.000 pessoas por dia, entre crianças, adolescentes, jovens, idosos, famílias e pessoas em situação de rua, dado disponível em: <https://bompar.org.br/>. Acesso em: 1 fev. 2022.

identificadas por seus nomes sociais, Samira e Susy, ambas buscaram São Paulo como opção para melhoria das condições de vida. Susy é do Nordeste do país está na cidade há nove anos, passou cerca de dois meses na rua e seis anos em centros de acolhida. Com o trabalho, que iniciou há três anos, Susy conseguiu morar de aluguel e concluir o ensino médio. Diz não ter feito uso de álcool ou outras drogas. Samira é da Região Norte do país e está na cidade há 22 anos, mas vivia na rua desde os 14 anos de idade. Teve que se prostituir para sobreviver, sofreu diversas violências, fez uso de álcool e outros tipos de droga. Há nove anos trabalhando no BOMPAR, retomou os estudos e concluiu a graduação em serviço social.

A entrevista seguiu o formato de ‘vídeo-chamada’ pelo aplicativo google meet, com duração de uma hora cada, sendo previamente autorizada a gravação. Os dados coletados foram processados e analisados. Durante a entrevista, foram abordados os seguintes itens: Fale um pouco sobre sua trajetória de rua. Por que você veio para São Paulo? Sobre a questão de gênero, nos serviços que acolhem a população de rua existem diferenças? Hoje, na condição de trabalhadora, como você lida com os conflitos e as violências de gênero? Quais são as maiores dificuldades da situação de estar na rua? Quais são suas críticas e o que você mudaria nesta política pública? Como foi a transição da rua para o trabalho? O que você acha do aumento do número de pessoas em situação de rua?

Na análise dos depoimentos e documentos, foi possível evidenciar os múltiplos rostos da pessoa em situação de rua e os limites e possibilidades das políticas e dos serviços.

Exclusão e desigualdade social

As políticas de direitos humanos podem ser estratégias para a redução da desigualdade social e o amortecimento do impacto do mercado sobre o indivíduo. Contudo, também podem ser, às vezes, mais instrumentos de reprodução do que de redução da desigualdade. O que está em jogo nesse movimento são os processos de produção e distribuição dos bens materiais e simbólicos. As políticas públicas visam amortecer o embate entre o capital e o trabalho. A nosso juízo, para diminuir ou reduzir a desigualdade e garantir o bem-estar social, é necessário repensar as políticas públicas e sociais, longe das formas de reproduzir ou escamotear a desigualdade.

No cerne da desigualdade social, está implícita a injustiça cuja finalidade é de proteger os interesses de um determinado grupo dominante que tem a seu serviço a regulação das políticas e do conhecimento. Neste contexto, já não importam as práticas da verdade e da justiça. O que vale é a manutenção

do que é útil para o capital. O que importa é

[...] saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente, o que contrariava ou não a ordenação policial. Os pesquisadores, desinteressados, foram substituídos por espadachins, mercenários, a investigação científica imparcial cedeu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologéticas. (MARX, apud FERNANDES, 1989, p. 425).

A argumentação de Marx nos permite fazer uma avaliação crítica da política de direitos humanos perante a desigualdade social. Não que sejamos contrários, apenas mostramos sua feição dúbia, que joga a favor e contra os trabalhadores, simultaneamente, conforme os interesses do governo de plan-tão. O desafio das políticas sociais é superar a burocratização e o autoritarismo, construir um diálogo que interfira na gestão, no conteúdo e no método das políticas sociais. Ao contrário, “[...] a democracia fica sem estofa e a política social torna-se segmentada, enquanto o sistema econômico excludente e o mercado de trabalho restrito [...]” (POCHMANN, 2004, p. 11).

O problema brasileiro é a concentração das riquezas nas mãos de poucos, uma situação favorável à expansão do trabalho informal, da pobreza, da exclusão, da indigência, da miséria, e, por outro lado, da riqueza, do prestígio e do poder. Devemos acrescentar a essas variáveis o monopólio do conhecimento e da comunicação pelo detentor do capital. A diminuição da pobreza e da exclusão social não reduz, necessariamente, a desigualdade social.

A exclusão social pode ser definida como um processo que, sistematicamente, impede pessoas ou grupos de terem acesso ao trabalho, à educação, aos serviços sociais e públicos, a outros bens produzidos pela sociedade (CASTELLS, 1999). O atual sistema econômico vem provocando a exclusão de quase dois terços da humanidade. Seus efeitos são no crescimento do número de pessoas e famílias em situação de rua.

A desigualdade social tem o rosto e a cor dos pobres, das mulheres, dos negros, dos idosos, dos desfiliaados, dos jovens, das crianças, indígenas, entre outras. Ela carrega em si uma ruptura do indivíduo com o sistema, fundada em preconceitos e no desrespeito aos direitos de cidadania e à dignidade humana. Essa ruptura conduz à degradação dos valores éticos e dificulta o processo de socialização (DUPAS, 2001).

Se observarmos a realidade da desigualdade social, teremos melhores condições de compreender a população em situação de rua e afirmar que no Brasil este é um dado multissecular. De vários modos, a população em situação de rua é encarada como objeto de confinamento, polícia e religião, muito pouco de políticas sociais. Não é suficiente elaborar propostas socioassistenciais pautadas na inclusão, quando as estruturas sociais, de fato, continuam a

reproduzir a desigualdade social. Nesse meandro, propostas e projetos que se propõem a inserir essa população no centro do processo de libertação têm contra si a cultura da servidão voluntária.

As novas formas de capitalismo enfatizam o trabalho de curto prazo e a fragmentação institucional; o efeito desse sistema econômico tem sido a impossibilidade para os trabalhadores de sustentar as relações sociais de apoio entre eles. [...] Em tais condições, [...] a solidariedade destrutiva do nós-contra-eles é feita sob medida. (SENNET, 2012, p. 335).

A solidariedade libertadora é aquela na qual as pessoas se articulam para resistir e buscar a libertação do seu coletivo. O desafio é romper com as práticas de solidariedade destrutiva que penetraram as políticas de direitos humanos, como uma doença que destrói um corpo sadio. Por isso, a pergunta de La Boétie: - "Por que um só é o rei?" Um rei que impede nossa capacidade de viver juntos, que tudo converte em mercadoria, até a solidariedade e a ética?

As práticas de solidariedade, quando capturadas por uma cultura da servidão voluntária, no interior da desigualdade social, são perversas. Quando enveredam pela lógica do controle, à luz de pseudodireitos humanos e de uma pseudodemocracia, típicos da manutenção de um mal-estar social, podem se transformar em mecanismos de sujeição dos corpos, da subjetividade, do amor, da liberdade e da felicidade. Esta dinâmica reforça a sociedade em que abundam os direitos.

É uma sociedade democrática; é uma sociedade de controle; [...] a mesma tirania do Um, como disse [...] La Boétie, no século XVI. É a era de outras guerras, [...] que [...] se aparenta cada vez mais com a política, atuando nas invisibilidades. A política é guerra por outros meios, de vida de alguns, mortes de muitos por tecnologias diferenciadas. (PASSETI, 2003, p. 254).

Por este olhar, acreditamos que coexistam nas políticas de direitos humanos um controle que oprime tanto quanto liberta. A democracia e as práticas de solidariedade não visam somente à melhoria das condições de vida das pessoas, elas permitem, reproduzir a desigualdade, manter o processo de exclusão social, aumentar a produção e a riqueza (SOUZA NETO, 2003), já que "[...] a sociedade do controle busca criar inúmeros mecanismos de eliminação das subversões [...]" (HARDT, 2000, p. 372). As políticas de atendimento não podem servir a isso, transformando a assistência em instrumento de exploração.

Na sociedade capitalista, o sujeito é estimulado, simultaneamente, a ser agente da biofilia pela promoção da vida, e da necrofilia, movido pela morte e destruição, preso ao fracasso e ao luto. A necrofilia característica dos espíritos tirânicos, como o de Hitler, impregna, de certo modo, os políticos

corruptos que desviam os recursos dos fundos públicos para interesses privados. Em direção oposta, a biofilia traz, na sua essência o amor, a alegria de viver e a tendência a preservar a vida e a lutar contra sua destruição. É necessário compreender estas questões na perspectiva das políticas sociais brasileiras voltadas à população em situação de rua.

Políticas sociais para a pessoa em situação de rua

No período colonial, a assistência no Brasil estava fundada na relação senhor-escravo. Sem ter onde trabalhar, o vadio era “o indivíduo não inserido na estrutura de produção colonial, e que podia, de um momento para outro, ser aproveitado por ela [...]” (SOUZA, 1986, p. 64). Destituído de terras, era utilizado pelos fazendeiros, quando lhes convinha. “Livre e pobre”, permanecia geralmente ocioso, a vagar pelas praças e ruas das cidades, ou seguia os bandeirantes em tarefas de expansão do território nacional ou, ainda, era enviado aos presídios como preso ou trabalhador.

Nesse contexto, os vadios praticavam a violência como uma forma de virtude, eram “[...] despojados e destruídos enquanto seres que podiam fruir de uma liberdade que não tinha razão de ser: a honra não se transformava em rebeldia, nem a violência se metamorfoseava em revolta [...]” (KOWARICK, 1987, p. 33). Entre 1760 e 1770, todos os governantes adotaram essa medida (SOUZA, 1986). Outro meio de controle da pobreza era o trabalho em obras públicas e a organização de tropas para combater quilombos. Hoje, podemos dizer que mecanismo semelhante é empregado por alguns empresários e políticos para ampliação do próprio capital ou manutenção no poder.

Como mostra a história, em cada época, a pessoa em situação de rua é conceituada pela sociedade e pelo poder público, ora como vadia, ora como inválida, louca, ladra, desviante e outros codinomes. A ideologia do século XVIII, que concebia o pobre como “objeto privado de direitos e desejos”, condenado ao extermínio, sem legislação que o protegesse, permitia compreender a relação entre o genocídio e a ausência de políticas sociais bem estabelecidas e articuladas. Cuidavam dessa população, como um ato de filantropia, as Confrarias ou Irmandades de Misericórdia.

Somente após a formação do Estado Novo em 1930, é que os pobres e as pessoas em situação de rua começaram a ser vistas como uma questão social e apareceram as primeiras legislações protetivas. Algumas organizações, vinculadas à Igreja Católica sob inspiração da práxis da teologia, filosofia e pedagogia da libertação, engrossaram a mobilização por mudanças na forma de conceber a assistência social como direito, preconizada pela Constituição

Federal de 1988, entre elas o BOMPAR. Os serviços e programas de atendimento à pessoa em situação de rua, pela perspectiva dos direitos humanos e de uma pedagogia humanizadora, ganharam força no início do século XXI.

Por uma perspectiva de tempo, lembramos que 500 anos se passaram até que o Estado reconhecesse a população em situação de rua como sujeito de direitos, no âmbito legal. O Decreto Presidencial nº. 7.053, de 23 de dezembro de 2009, define a população em situação de rua como um grupo heterogêneo de pobreza extrema, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, que, sem moradia convencional regular, faz uso dos logradouros públicos e áreas degradadas da cidade como espaços de moradia, de forma temporária ou permanente, e que utiliza as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. “Foram igualmente considerados moradores de rua aquelas pessoas ou famílias que, também sem moradia, pernoitam em albergues ou abrigos, sejam eles mantidos pelo poder público ou privados.” (SÃO PAULO; FIPE, 2000, p. 5).

Com a tecitura das lutas dos movimentos sociais e populares, o governo federal fez um desenho das políticas de atendimento, que repercutiu na cidade de São Paulo. No Quadro 1, aparecem as ações da Prefeitura de São Paulo e dos órgãos de pesquisa para capturar a dinâmica da população em situação de rua.

Quadro 1 - Iniciativas da Prefeitura de São Paulo à população em situação de rua.

ANO	AÇÃO
1989	Criação dos centros de serviços para a população em situação de rua.
1990	Reconhecimento pela Prefeitura do trabalho dos catadores de papel das ruas pelo Decreto Municipal nº 28.649/89.
1991	Primeiro levantamento da população em situação de rua da área central da cidade de São Paulo, uma parceria entre a Prefeitura de São Paulo e ONGs da cidade, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Bem-Estar Social.
1992	Encontro Internacional paralelo à Cúpula Mundial do Meio Ambiente, marco do debate sobre a população em situação de rua no Brasil, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Bem-Estar Social.
2000	Primeiro Censo da população em situação de rua realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, sob contrato da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura.
2003	Contagem da população em situação de rua da cidade de São Paulo, realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, sob contrato da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura.
2004	Assinatura do Primeiro Protocolo de Intenções Intersecretarial entre as Secretarias de Assistência Social, Saúde, Habitação e Trabalho, sendo previstas ações para o atendimento das pessoas em situação de rua. Criação do Projeto “A gente na rua”, da Secretaria da Saúde, no qual pessoas em situação de rua são capacitadas e contratadas como agentes comunitários de saúde para atuarem nas ruas.
2009	Segundo Censo da População em Situação de Rua, realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, sob contrato da Secretaria Municipal de Assistência Social Prefeitura.

2009 - 20010	Pesquisa Socioantropológica Trajetória de Vida da População atendida nos serviços de acolhimento para adultos em situação de rua no município de São Paulo, realizada pelo CERU - Centro de Estudos Rurais e Urbanos da USP e Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo.
--------------	--

Fonte: Quadro elaborado pelos autores a partir dos dados de Silva, 2012, p. 30.

Este quadro de ações e a implantação dos equipamentos públicos foram insuficientes para estancar a evolução do número de pessoas em situação de rua. Como podemos observar no Quadro 2, abaixo, essa população cresceu de forma contínua, o que coloca em primeiro plano a força motora da desigualdade que supera as políticas de inclusão.

Quadro 2 - Quantidade de pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, série histórica

Ano do Censo	Total de pessoas	Acolhido em equipamento	Em situação de Rua
2000	8.706	3.693	5.013
2009	13.666	7.079	6.587
2011	14.478	7.713	6.765
2015	15.905	8.570	7.335
2019	24.344	11.693	12.651
2021	31.884	12.675	19.209

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da cidade São Paulo, Censo 2021⁶.

Quando observamos os dados relativos ao censo de 2021 sobre a população em situação de rua na cidade de São Paulo, identificamos 31.884 pessoas nessa condição, sendo que 39,75% são pessoas que acessam os centros de acolhida da prefeitura municipal e 60,25% são pessoas que não acessam os centros de acolhida e vivem diretamente nas ruas. Portanto, os serviços de acolhimento são insuficientes e ou não atendem as demandas dos grupos heterogêneos de forma a contemplar seu acesso. Este dado nos faz questionar quais os motivos que essas pessoas não acessam os serviços. A inexistência de vagas suficientes? Uma acolhida que respeite a heterogeneidade deste grupo social? O que leva uma pessoa a dormir na rua ao invés de aceitar um serviço público? A perplexidade que nos atinge ao ver uma pessoa em situação de rua e a ambiguidade e a dubiedade das políticas públicas, para nos ajudar a elucidar essas e outras questões é que buscamos nas práticas do CNR BOMPAR e nos relatos das entrevistadas, sendo possível fazer algumas considerações.

6 Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrijoizwe4mte5mgitzjrmmi00ztcyltgotmtmjc3mdawmd-m0ngi5iividci6ime0zta2mdvjwuzotutndzlys1imme4thlnje1ngm5mguwnyj9>. Acesso em: 12 mar. 2022.

A tecitura de uma solidariedade libertadora

O BOMPAR tem a missão de atender pessoas em situação de privação de direitos na cidade de São Paulo. Em 2004, criou o projeto “A gente na rua”, para atender as demandas de cuidado básico e questões de saúde das pessoas em situação de rua. Esta iniciativa foi pioneira no Brasil, hoje, denomina Consultório na Rua, CRN, conveniado com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, desde 2012, tornando-se referência no cuidado à saúde integral das pessoas em situação de rua, com foco na garantia dos direitos junto ao SUS e às demais políticas.

O formato inicial deste projeto contou com a contratação de onze agentes comunitários de saúde provenientes da situação de rua, para atender, acompanhar e ajudar as pessoas em situação de rua a resolverem suas demandas e necessidades sociais e em saúde. O CNR do BOMPAR continua com a perspectiva organizacional de contratação de pessoas oriundas da situação de vulnerabilidade, importante elo para facilitar o vínculo com essa população.

O CNR do BOMPAR conta com 5 equipes fixas de saúde bucal, 13 equipes odontológicas móveis e 25 equipes multiprofissionais, alocadas nas seis regiões do município, para atender, de forma continuada, cerca de 13 mil pessoas no município de São Paulo. Este serviço gera 617 empregos, destes 221 são pessoas oriundas da situação de rua, sendo 15 profissionais transgênero (homens e mulheres trans), 11 idosos e 16 imigrantes/refugiados. (BOMPAR, 2021a, p. 9).

Ao longo de 17 anos, 90% dos agentes comunitários do CNR BOMPAR saíram das ruas/barracas/abrigos improvisados de rua, passando a morar de aluguel ou com familiar, 18% vivem em casa própria, 18% estão cursando a universidade, 15% já estão atuando na área, 87% retomaram o contato com a família, 70% voltaram a fazer algum tipo de curso. Enfim, a maioria formou ou retomou um projeto de vida. (BOMPAR, 2021b, p. 9). Este panorama ajuda a compreender a dubiedade do serviço socioassistencial. Neste sentido, reiteramos nossa visão da coexistência de uma solidariedade criativa.

O que observamos no BOMPAR é a busca permanente de consolidar uma solidariedade criativa e libertadora. Além de oportunidade de emprego, mantém o programa Projeto de Vida, de acompanhamento individual, com vistas para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos trabalhadores. Retoma perspectivas para o futuro, trabalha as possibilidades de retomada dos estudos, de reaproximação familiar, reorganização de espaços de moradia e tratamento químico, entre outras orientações.

As equipes do CNR assumem as seguintes atribuições: - promover

ações estratégicas de educação, esporte, lazer e cultura; - fortalecer a autonomia e o convívio; - melhorar a qualidade de vida e contribuir no processo de reabilitação psicossocial;-fortalecer os vínculos e facilitar o acesso à saúde pela atenção básica; - identificar agravos que possam comprometer as condições de saúde; - sensibilizar, promover e participar dos cuidados compartilhados com a rede; - promover a saúde mental e a redução de riscos e danos associados ao uso de drogas; - reduzir o estigma social associado às pessoas que estão em situação de rua, por meio da convivência comunitária, e participativa; - promover encontros em espaços públicos e culturais de forma saudável, buscando garantir o acesso responsável e a cidadania; - contribuir para restaurar; - preservar a integridade da gestante e dos filhos em situação de vulnerabilidade e risco social, fortalecendo sua autonomia e estabelecendo relações personalizadas e em pequenos grupos; promover ações lúdicas, culturais e terapêuticas.

Tais práticas segundo o Projeto Político Pedagógico do BOMPAR pautam-se nas teorias “[...] histórico-cultural e sociocultural, adotando três técnicas metodológicas: a participativa, a dialética e a pastoral, sob o paradigma da práxis [...]” (LOPES, 2020, p. 147), pois concebem essas suas contribuições à transformação das condições de desumanização que permeiam a realidade dos atendidos. Esses referencias encontram sintonia com a Pedagogia Social que

[...] surgir como uma nova concepção pedagógica, numa perspectiva da ontologia do ser social, tem por objetivo a formação para uma convivência humana a partir da doutrina de proteção integral, onde o fazer do educador social, emerge da necessidade de promoção de processos educativos interligados a cidadania, justiça social, e lutas contra-hegemônica. (LOPES, 2020, p. 92).

Acrescenta-se que a prática do CNR do BOMPAR, está em consonância com a política nacional de atenção básica, como aponta, por exemplo, as portarias n°. 122 e 123, de 2012, criou as equipes do CNR como uma estratégia de cuidado integral para essa população. As equipes lidam com diferentes problemas e necessidades de saúde e desenvolvem ações compartilhadas e integradas com as equipes dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), dos serviços de urgência e emergência e de outros pontos de atenção à saúde e da rede do território, de acordo com a necessidade do usuário (BRASIL, 2012). Vale ressaltar que nas atividades das equipes está incluído o rol de cuidados primários, com ênfase na busca ativa aos usuários de álcool e outras drogas e na lógica da redução de danos (BRASIL, 2011).

O CRN tem como objetivos ser porta de entrada da pessoa em situação de rua no SUS, ampliar o acesso às redes de atenção à saúde, à rede intersetorial de atendimento, e buscar a integralidade no cuidado, a partir da

escuta qualificada e do acolhimento das demandas trazidas pelas pessoas. A proposta do trabalho vai ao encontro à saúde integral da população atendida, com olhar atento às questões relacionadas à saúde mental, atendimento à gestante de rua, tratamento de patologias pulmonares (a tuberculose é frequente), de doenças sexualmente transmissíveis, de doenças de pele (úlceras de membros inferiores), problemas ortopédicos decorrentes de situação de violência e atropelamento, diabetes, hipertensão, e outras situações que ficam sob a responsabilidade da estratégia da saúde da família na atual política de atenção básica.

Partindo dessas urgências, o CNR do BOMPAR desenvolveu os projetos extramuros, ações planejadas que consistem num conjunto de atividades interrelacionadas, com o propósito de alcançar objetivos específicos, dentro de limites de tempo e orçamento, com o foco na presença, escuta assertiva e acolhimento das demandas trazidas pelas pessoas em situação de rua. Compreendem reuniões em pequenos grupos, encontros de cuidado, formação, lazer, atividades lúdicas, culturais e outras atividades.

Na análise dos documentos institucionais podemos identificar que o CNR do BOMPAR está comprometido com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da ONU. Este serviço alinha-se, prioritariamente, com as ações ODS 3 e 5, A primeira, referente à saúde e bem-estar, considera que o "estar" em situação de rua é uma questão de extrema vulnerabilidade social. No caso da mulher gestante, o cuidado do ponto de vista do bem-estar biopsicossocial desafia as equipes de CNR. A segunda visa alcançar a igualdade de gênero e emponderar todas as mulheres e meninas, especialmente as mulheres em situação de rua, que se tornam objeto de violações de direitos, de forma visceral, afetando proporcionalmente sua autoestima e autoimagem.

Nos relatórios do CNR BOMPAR, observamos certa quantidade de pessoas em situação de rua trans atendidas. Segundo nossa perspectiva, os depoimentos assinalam que ainda não atingimos um processo civilizatório humanizador. Para compreender como uma pessoa em situação de rua se sente e se apropria das oportunidades para mudar sua vida e a de seus companheiros, buscamos escutar Susy e Samira, que fizeram essa trajetória e continuam na luta para melhorar sua qualidade de vida.

[...] com 14 anos, com minha sexualidade predefinida e a minha religião que era da umbanda, sofria, minha família toda evangélica, os conflitos eram muitos, vivia apanhando [...]. Eu comecei a sofrer perseguição por conta da minha sexualidade, aí fui pra rua. Comecei aos 16 anos minha transição. Tomava hormônio por conta, e na época travesti era coisa de outro mundo. Fui parar na prostituição, até que vim para São Paulo, caí na mão de cafetão, aí outra história, não aguentei, fui pra rua fazer programa na rua, dormia na casa de um, no quarto do outro, nos centros de acolhida, bebia, usava droga, isso porque era bom, dava prazer,

tem todo um contexto o uso disso, quem é da rua sabe do porquê [...]. (Depoimento da Samira).

Entre na situação de vulnerabilidade há nove anos [...]. Eu cheguei a morar na rua, por um mês e meio, mais ou menos, depois acessei os centros de acolhida, tendo um lugar para dormir, por mais que parece que esse lugar não tenha o conforto necessário, é diferente. Eu vim do Maranhão pra cá, e não conhecia ninguém, não tinha recurso e já fiquei em situação de vulnerabilidade. Eu vim para São Paulo, porque na minha cidade eu não me encontrava, vivia uma depressão profunda. Minha transição aconteceu em São Paulo, pois sabemos que aqui tem muitas oportunidades, já que é uma megalópole, então vim, sem eira nem beira. Eu falo que tenho uma relação de amor e ódio por São Paulo, porque as mazelas daqui te deixam triste, mas foi aqui que consegui me encontrar enquanto ser humano, mulher trans, militante. O primeiro lugar que fui e me acolheu foi [serviço B] [...]. Saí do [serviço B], fui para o [serviço Z] e depois para o [serviço F] [...]. (Depoimento da Susy).

A luta por direitos humanos perpassa questões existenciais e relacionais como gênero e sexualidade, como observamos nesses depoimentos. A formação da identidade trans, no bojo da desigualdade social e da luta pelo reconhecimento, vem ganhando destaque nos debates acadêmicos, na dinâmica social, nas políticas públicas e na mídia. A comunidade LGBTQIA+ envolve pessoas de identidade de gênero e orientação sexual não binárias, que não seguem o padrão heteronormativo multissecular, com seu protagonismo peculiar. Esta condição é objeto de uma violência tríplice, a desigualdade social, a situação de rua e o preconceito relativo à orientação sexual. Esta violência pode ser explicada do ponto de vista sociológico ou filosófico, mas quem sofre com a violência tem seu jeito próprio, subjetivo e objetivo, de descrevê-la.

[...] nos sofriamos muito, em 2008 sofri uma violência na rua de três rapazes me agrediram tanto que deformaram meu rosto uma outra trans, Alcione, que já era do movimento LGBT, foi quem me ajudou, eu nem queria saber de movimento, porque o que eu queria era comer e dormir em lugar seguro. Quando sofri essa violência não quis mais fazer programa com medo [...] eu fiquei de 2009 a 2013 procurando emprego e não consegui pelo meu nome, porque na época não tinha o nome social, a polícia parava a gente, batia na gente e se a gente falasse o nome social aí que apanhávamos [...]. (Depoimento da Samira).

Sobre a questão de gênero, eu fico muito chocada até hoje, como os preconceitos pesam, até mesmo com as pessoas em vulnerabilidade. A gente sabia que tem alguns centros de acolhida que não podemos ir, não éramos bem-vindas. Alguns espaços não podemos adentrar, porque as pessoas em vulnerabilidade não queriam pessoas trans lá, [...] para almoçar era difícil, pois para chegar até o almoço tínhamos que passar por diversas violências, não valia a pena, as vezes tínhamos que tentar outras maneiras e formas pra se alimentar. Eu não conhecia nada em São Paulo, dependia de amizade, e essas amizades em sua maioria eram mulheres trans, e elas estavam cansadas de sofrer, então para elas não compensava ir para esses lugares. (Depoimento da Susy).

Susy e Samira mostram que a violência de gênero destrói e corrói a existência humana, compromete a capacidade de dialogar e reproduz o preconceito estrutural. A tensão relacional gerada pela negação do outro tem gerado violências, discriminação, sofrimento e genocídio. De acordo com a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, cerca de 10% da população se identifica como LGBTQIA+ e cerca de 92,5% dessas pessoas relatam o aumento da violência contra elas, desde 2018. O Relatório Mundial da Transgender Europe evidencia que nos anos de 2016 e 2017 ocorreram 325 assassinatos de transgêneros em 71 países, 171 deles no Brasil.

Ao relacionarmos pessoas LGBTQIA+ com as questões de vulnerabilidade social que condicionam a situação de rua, adentramos num campo complexo de sofrimento ético-político estruturante em nossa sociedade. Estamos dentro de um processo dialético de inclusão/exclusão social, que impõe a subalternidade e a inferiorização do ser como resposta aos cerceamentos colocados pela sociedade (SAWAIA, 2007). Uma das possibilidades de resistir e lutar contra essa situação de inferiorização, violência é a conscientização gradativa no trabalho.

*Ser trabalhadora trans, olha é bem complicado, existe ainda transfo-
bia, mas eu não sei o porquê e como identificar, mas quando eu estou
de farda, profissional do CNR, existe um respeito, eles ficam receosos,
tem um breque, inclusive quando há alguns que desrespeitam, os de-
mais pegam as dores e nos protegem. Então, tem muita diferença eu ser
usuária trans e eu ser trabalhadora trans, sim. [...] Eu trabalhei antes do
CNR nos Direitos Humanos. Pra quem está na vulnerabilidade é com-
plicado, as pessoas trans, mais ainda. E o BOMPAR é um tapa na cara
da sociedade, no mercado financeiro. O número de pessoas trans que
o BOMPAR empregou e emprega você não encontra em outro lugar. Eu
fiz inúmeras entrevistas, minha maior preocupação é quando eu tran-
sacionasse, pois diziam que eu não ia conseguir mais emprego, e elas
estavam certas, pois todas as minhas amigas trans diziam: esquece o
trabalho, só terá a prostituição. [...] O processo de empregabilidade de
pessoas em rua e pessoas trans é muito difícil. E as que aceitam também
começam a te destransacionar. Aos poucos, vão pedindo para amarrar
o cabelo, usar roupas mais longas e folgadas, não usar maquiagem,
usar banheiro masculino, até que um dia começam a chamar ela de
ele. Então, temos ainda esse tipo de empresa que diz ser “inclusiva”, mas
o que quer é nos mudar. E temos poucas instituições que abraçam a
causa, como o BOMPAR, que viu minhas peculiaridades e me abraçou.
(Depoimento da Susy).*

*[...] a assistente social Alice me encaminhou para o processo seletivo
no BOMPAR em 2013. Passei no processo como agente de saúde, como
agente social no projeto pacto pela vida. Em 2015, comecei a gradua-
ção em serviço social e em 2019 me formei, tudo devido ao apoio da
Mônica que nos orienta quanto ao nosso projeto de vida. Em 2020, pas-
sei no processo seletivo para assistente social. Trabalho atualmente na
equipe da Sé. [...] sou a primeira trans a trabalhar no BOMPAR. Falo isso
com muito orgulho, pois abri as portas para as outras [...]. (Depoimen-
to da Samira).*

Os depoimentos deixam entrever a importância do fator trabalho e seu sentido para a inserção social e a promoção da independência das pessoas em situação de rua, fomentando a capacidade do que é possível escolher e fazer isso de forma consciente, valorizando a saúde e a vida. A subjetividade das pessoas em situação de rua está ligada diretamente às condições em que vivem e onde estão inseridas, bem como às oportunidades para o desenvolvimento.

Com base nesses princípios, consegue-se notar como as pessoas começam a se empoderar e a participar das decisões sobre o próprio cuidado. Situações limite de sentimentos que produzem confusões e doenças mentais, depressão, ansiedade, automutilação, toques, síndromes, desconfiança generalizada, angústia e medo escamoteiam e inibem o autoconhecimento. Essas condições fortalecem a desesperança, comprometem o desenvolvimento humano e a perspectiva de futuro, tendem a provocar na pessoa revolta e atitudes de violência frente a determinadas situações da vida.

As práticas de solidariedade não podem ser concebidas como uma via de mão única. Para serem libertadoras, têm que seguir uma lógica de mão dupla, dar e receber. Como constata Sennett (2012), estão mais próximas de uma cooperação

A gente não precisa de olhar de dó, e sim de dignidade, somos seres humanos. Não olhar a Samira travesti, mas a Samira ser humano, ser pensante, capaz, que faz, e até onde ela pode chegar. Nisso, o Consultório de Rua do BOMPAR nos ajuda muito, não atende só a pessoa na rua, mas os trabalhadores também. Eu estava cansada de procurar emprego, tinha ajuda de custo dos cursos, mas era muito pouco pra sobreviver, era R\$ 400,00, eu queria mais. Quando eu cheguei no BOMPAR, vi 300 pessoas, uma ONG católica. Falei, meu Deus o que eu estou fazendo aqui, eu não vou trabalhar aqui nunca. Aí, a Laís do RH estava já me esperando, viu minha angústia, fui falar com ela, aí ela disse: Oi você é trans, não se preocupe, eu sei, já estou com seu nome social, é Samira né? Pode ficar tranquila. Aí, fiquei aliviada, já fui acolhida e respeitada no processo seletivo. Eu estava procurando em quantas línguas temos a palavras gratidão, pois fiquei sabendo que a Ir. Judith está doente, e a gente da rua é gato escaldado, sabemos quando a pessoa é sincera ou metendo o louco. Quando a Ir. Judith pegou na minha mão, aquela mão fininha e disse que bom minha filha, que você está com a gente, desculpa minha emoção, é que com ela vi um afeto que não via com ninguém, nem com minha família que dizia ser cristã. Eu tinha pavor de cristãos, eu dizia para meu pai eu não entendo como o senhor é tão cristão e não consegue amar seu próprio filho. E a resposta era um tapa na minha cara [...]. Mas aqui no Consultório na Rua, sempre fui respeitada, tratada como ser humano, me animavam e fui me empoderando. (Depoimento da Samira).

De acordo com o depoimento de Samira, a concepção pedagógica do CNR é de atuar nas potencialidades, de ver o outro como ser humano. Ela afirma que não se apresenta como a voz da população de rua, dos trans, mas como um bom exemplo de que, quando oportunizamos as coisas e temos

apoio, é possível encontrar um jeito libertador de se colocar no mundo. “Não é porque moramos na rua que não choramos, não sorrimos, não comemoramos aniversário, então, olhar pra gente como ser humano” (Depoimento da Samira). O pilar do Consultório na Rua no BOMPAR é seguir de encontro em encontro, sem prejudicar e condenar, pois, sua prática encontra aporte, nos domínios sociopedagógico, sociopolítico, sociocultural e sociopastoral (cf. Lopes, 2020). O agente comunitário vem da rua e vai para a rua, aproveita as biografias para trabalhar a história e ressignificar a vida.

[...] a sensação que tenho é que preciso fazer o máximo pelas pessoas, como fizeram comigo. Foi difícil, mas tive algumas pessoas que me ajudaram. A meritocracia não existe, esse discurso que se consegue só não é verdadeiro. Precisamos do outro, as pessoas nos atravessam, nem que seja com uma palavra, elas motivam, e isso me atravessou que tento retribuir da melhor forma possível. Tive profissionais que me atenderam de forma diferente e me atravessaram, me acalentaram, me ouviram, e isso me auxiliou muito. São pequenos detalhes que contribuem para a mudança. Quando você tem uma pessoa que acredita em você, você passa a começar a acreditar em si mesma. Quando a pessoa vê você fazendo um desenho e diz nossa que bonito, você tem talento, já pensou em fazer um curso, nossa isso não custa nada, mas coloca a autoestima da pessoa lá em cima e isso atravessa a pessoa. Era muito difícil as pessoas não te tratar como ser humano e a arte me ajudou a retomar minha identidade, protestar, militar, me engajar. A gente, quando está na extrema vulnerabilidade, não tem sonhos. Se se perguntar para alguém qual o seu sonho para daqui a um mês, a pessoa não sabe dizer. Quando comecei a participar dos coletivos de arte, comecei a sonhar novamente, a ter possibilidade de me expressar, a acessar determinado espaços que nem imaginava, a ganhar um dinheiro com meu trabalho. Isso vai fazendo você crescer e me imaginar fora da vulnerabilidade. Jamais imaginaria entrar no teatro municipal expressando minha arte. Trabalhava com a poesia, mas fazíamos performances, um conjunto de coisas. Mas o importante era estar com pessoas e criar com elas, estar trocando, com gente que me enxergava, era muito gostoso. Então, eu queria estar e participar, pois era vista como Susy, não era mais a 122. Isso fazia muito diferença pra mim. (Depoimento da Susy.)

Os depoimentos de Samira e Susy tendem a evidenciar que o CNR do BOMPAR tem o pressuposto de que toda experiência de vida pode se traduzir em conteúdo pedagógico. Cada biografia traz uma “expertise” que, quando refletida pelo próprio sujeito, torna-se um jeito de se colocar no mundo do trabalho. Este é o caso da pessoa em situação de rua que assume, nesse serviço, a função de agente de saúde. Esta é uma discussão que encontra eco nos textos de Freire, Certeau, Souza Neto e Lopes.

As entrevistadas Susy e Samira deixam evidente como a desigualdade as expuseram a todo tipo de violência. Os conceitos de pobreza e desigualdade social vêm sendo recriados e, às vezes, substituídos pelo conceito de exclusão. Essa perspectiva é utilizada para definir as diferentes formas de privações e carências do ser humano no contexto social e no plano afetivo, bem como as várias moda-

lidades de miséria do mundo, desde os aspectos econômicos até as questões de etnia, gênero, idade, necessidades especiais, culturais, religiosas e educacionais.

Embora muitos contestem a abrangência do conceito de exclusão, ele nos permite compreender melhor o contexto brasileiro (CASTEL, 1997, p. 130). As formas de exclusão são recriadas não só pela perspectiva econômica, mas também a partir da educação, de etnias, religiões ou outras variáveis. A violência aparece aqui de forma complexa, constituída por fatores de ordem social, moral e subjetiva, caracterizada como ação de agentes que têm em vista destruir o indivíduo e o coletivo. Geralmente, o agente da violência busca escamotear sua prática por meio de estruturas sociais, morais, psicológicas, ideológicas e físicas, que justifiquem a destruição. Compreender a chamada exclusão social desvinculada da desigualdade social é explicá-la apenas pela ótica ideológica. O depoimento de Samira e Susy desvela o impacto da desigualdade e das políticas sociais no cotidiano das pessoas em situação de rua.

Minha percepção é de que as questões que fazem, ano após ano, a população de rua aumentar é que realmente, e falo da questão social e jogo a responsabilidade ao poder público, eles não querem resolver essas questões. As pessoas correm pra São Paulo, pois ela dá oportunidade que outros lugares não têm. É muito mais fácil sobreviver em São Paulo. Aqui se você aprender a se virar não passa fome. Agora, outra questão que levou muita gente para a vulnerabilidade é que ao mesmo tempo que São Paulo tem essas oportunidades, São Paulo é um lugar impossível de se viver, pois ela é muito cara, se manter está quase impossível, São Paulo não é feita pra quem não tem dinheiro, o aluguel é muito caro, quem ganha o salário-mínimo não vive, sobrevive. Para vir para São Paulo, tem que ter recurso, caso contrário não consegue sair da vulnerabilidade. São Paulo, como é gerida, ela torna-se fermentadora de pessoas vulneráveis. Você passa nas praças e vê barracas, famílias morando na rua. Se não mudarmos a economia, porque São Paulo é rica, mas se continuarmos sendo permissivos a esse tipo de política e economia, nada mudará. Na minha concepção, não existe de fato um projeto para mudar a situação de vulnerabilidade. (Depoimento da Susy).

As políticas de direitos humanos e as políticas públicas do jeito que estão planejadas são insuficientes para amortecer o impacto da desigualdade social na vida dos sujeitos e na proteção do planeta. Enquanto as políticas sociais, os programas e serviços forem desarticulados e setoriais, continuarão a reproduzir a exclusão. O modelo econômico e político, e as estruturas sociais são fábricas de produção da desigualdade social (SOUZA NETO, 2002).

[...] quando nos esbarramos na vulnerabilidade e achamos que a única a resolver isso é a área da assistência social, fracassamos, porque temos questões de saúde, trabalho, educação, moradia e assistência, [...] existem diversos motivos de vulnerabilidade, álcool, droga, gênero, emprego, saúde mental. Tem muitas especificidades e não conseguimos ter profissionais que lidem com toda essa complexidade, por isso ter um

conjunto de profissionais de diversas áreas. [...] No centro de acolhida para pessoas trans, a gente encontrou também muita dificuldade. [...] Mesmo entre as pessoas de vulnerabilidade existe transfobia e agressão a LGBT. O que eu percebo é que os órgãos públicos não conseguem lidar com as individualidades [...]. Tem pessoas que conheço há 10 anos, passam de centro em centro de acolhida e que nunca foram escutadas ou tiveram suas demandas atendidas. Nos centros de acolhida, [...] éramos identificadas por número, [...] você não se sentia cidadã de fato, era objeto, coisa. [...] as pessoas até brincavam dizendo: aqui é uma fábrica da pobreza, era o que eu sentia, não tinha a mínima sensação para além dessa de uma fábrica de pessoas vulneráveis. Você tinha que entrar x horas, tomar banho, comer, dormir e sair para a rua, depois voltar para o galpão. Você não sentia que ia para um centro de acolhida, pois faltava justamente a acolhida, isso era uma sensação geral. Me parece que os centros de acolhida não são feitos para sanar as questões sociais das pessoas, para auxiliar você a sair dessa situação, era para manter você minimamente vivo. (Depoimento da Susy).

O depoimento de Susy nos ajuda a compreender uma solidariedade ou uma política pública reificadora, que acaba por reproduzir a desigualdade e abafar o protagonismo, desvalorizar e desacreditar a pessoa. É esta a lógica da fábrica da desigualdade, financiada pelo poder público, O exercício da solidariedade libertadora não se limita à ampliação de oportunidades e possibilidades, mas opera no sentido de articular as exigências do indivíduo, da sociedade e do mercado e, sobretudo, insiste na produção de esperança e oportunidades de vida. Acreditamos que a solidariedade tende a conjugar as forças econômicas, políticas, culturais, sociais e a subjetividade, para além da simples reprodução da vida. Nesse sentido, cada indivíduo, movimento e grupo podem assumir o comando de sua história. Quando se articulam a ciência e a caridade, quando a prática da solidariedade se impõe como uma exigência ética e pedagógica, a sabedoria se manifesta e rompem-se os aspectos sombrios da vida.

Diante da experiência do CNR BOMPAR, o que fazer para melhorar o atendimento à pessoa em situação de rua? Susy responde pela perspectiva de uma solidariedade libertadora.

O que mudaria é de fato a palavra acolher, compreender as questões da pessoa, ajudá-la no processo de construção do seu projeto, apoio no caminhar e resolução das suas questões, atendimento frequente qualitativo, ver de forma individualizada. Sei que isso é difícil, pois a assistência social é sucateada, é a que tem menos verba, equipamentos, número de funcionários reduzidos, profissionais atendendo centenas de pessoas. Às vezes, parece até utópico achar que uma pessoa, um assistente social, vai conseguir atender 300 conviventes e ajudá-los a resolver seus problemas. (Depoimento da Susy).

A elucidação de Susy está em sintonia com a concepção pedagógica do CNR do BOMPAR, o qual está circunscrito na Doutrina Social da Igreja Católica e na Doutrina de Proteção Integral, que espelham uma pedagogia hu-

manizadora, no sentido de criar as condições para que cada sujeito descubra o caminho da sua libertação e a de seus companheiros. A nosso juízo, esta é uma perspectiva da ontologia freiriana ou de uma certa fenomenologia do ser que concebem e evidenciam práticas éticas-solidárias (cf. Dussel, 2000).

Práticas de solidariedade, um aceno de libertação

No decorrer deste artigo, buscamos evidenciar os acenos de libertação existentes nas práticas de solidariedade. Uma tomada de consciência aqui, uma tomada de consciência ali, no sentido de resistir às práticas de exploração. Nas trajetórias de Susy e Samira, enquanto pessoas trans em situação de rua, e no CNR do BOMPAR, as práticas de solidariedade aparecem como uma possibilidade de viver humanamente, numa luta constante contra o viver desumanamente. A vida não tem sentido fora da experiência de solidariedade.

As ideologias, preconceitos e desigualdades sociais destroem as condições existenciais de realização. Nas entrelinhas deste artigo, discutimos o sentido da vida e nos perguntamos em que consiste a humanização. De um jeito ou de outro, levantamos critérios para o discernimento do que é humano e do que é desumano. O processo socioassistencial aberto ao exercício da experiência solidária estabelece uma dinâmica de convivência saudável entre as diferenças, ajuda a perceber a importância da inserção social e da interdependência entre os indivíduos, o planeta e a sociedade.

A solidariedade não é alguma coisa que alguém faça pelo simples desejo de atender o outro. É uma experiência humana que transforma as pessoas envolvidas e que percorre um movimento interligado de doação, recepção e compromisso recíproco de propor algo para o agir humano. Diante da realidade de violência e de agressão ao planeta, a missão do serviço socioassistencial é despertar os seres humanos para a prática consciente da solidariedade.

A lógica aí presente não é a de saber quem perde e quem ganha, e sim a certeza de que todos ganham, de diferentes formas. As práticas de solidariedade do BOMPAR, por meio do serviço CNR, destinado a pessoas em situação de rua, expressam o compromisso ético de despertar, no corpo técnico-administrativo e nos usuários do serviço o sentimento da interdependência. Este modo de agir e de pensar exige uma articulação e um envolvimento de um conjunto de pessoas, de grupos e instituições comprometidas com a libertação de todos, no campo da justiça e do engajamento. Em pesquisas anteriores, demonstramos que as práticas de solidariedade social são estratégias acessíveis aos pobres para conquistar a cidadania e melhorar sua qualidade de vida.

No CNR do BOMPAR, as práticas de solidariedade buscam a poten-

cialização dos indivíduos para a descoberta de possibilidades e a elaboração de projetos de vida, e não apenas formas de integrá-los ou de inclui-los. Elas criam condições para que todos possam ser protagonistas da paz, comprometidos com a não destruição do outro e com o despertar de sentidos para a vida. O CNR do BOMPAR é uma expressão da solidariedade, importante na redução da desigualdade social e das práticas da violência, que repercutem no cotidiano pelos desafios e questionamentos que provoca. As práticas de solidariedade apontam para a necessidade de se produzir ciência com consciência, sem a qual a ciência é cega e se volta contra o homem.

Entretanto, apesar de melhorarem a vida de uma parcela da população pobre, tais práticas nem sempre impedem que a desigualdade social permaneça ou se amplie. Neste conjunto de reflexões, ganha sentido a indicação da Declaração do Milênio, que preconiza como “chave do êxito” a solidariedade praticada nas comunidades locais, nas organizações e nos Estados, como um todo e entre si. A solidariedade poderá propiciar aos mais desfavorecidos a oportunidade de melhorar a qualidade de vida. Estados, organizações e pessoas mais afortunadas têm a responsabilidade ética de ajudar a sobreviver aqueles a quem falta o essencial. Governantes e líderes políticos de todo o mundo devem dar prioridade à proteção dos grupos mais vulneráveis, devem promover as estratégias de solidariedade, fomentar as instituições de direitos humanos e ampliar os canais de participação. Os programas desenvolvidos pelo BOMPAR também se circunscrevem na Declaração do Milênio.

A proposta socioassistencial, socioeducacionais, sociopastorais e sociopolíticas prevê ações que insira o excluído no centro do processo de libertação. Tal estratégia é crucial para as políticas sociais (DEMO, 2002, p. 279) e o desenvolvimento humano, como observamos nos depoimentos e nas práticas do CNR do BOMPAR. Somente dessa forma o sujeito de direito poderá exercer e ser cidadão, com o apoio da política constituir seu projeto de vida e com seu grupo constituir um projeto de sociedade.

Referências

BRASIL. Casa Civil. Decreto Presidencial nº. 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Legislação. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2009/decreto-7053-23-dezembro-2009-599156-publicacaooriginal-121538-pe.html>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2011. Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua. Saúde Legis - Sistema de Legislação da Saúde. Disponível em: [bvsms-saude-gov-br-bvs-saudelegis-gm-2012-prt0122_25_01_2012-html.pdf](#).

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 123, de 25 de janeiro de 2012. Define os critérios de cálculo do número máximo de equipes de Consultório na Rua (eCR) por Município. Saúde Legis - Sistema de Legislação da Saúde. Disponível em: [bvsms-saude-gov-br-bvs-saudelegis-gm-2012-prt0123_25_01_2012-html.pdf](#).

BOMPAR. *Relatório Social 2021*. São Paulo: BOMPAR, 2021a.

BOMPAR. *Relatório de atividades anual Consultório na Rua*. São Paulo: BOMPAR, 2021b.

CASTEL, Robert *et al.* *Desigualdade e a questão social*, São Paulo: Educ.1997.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DEMO, Pedro. *Solidariedade como efeito do poder*. São Paulo: Cortez, 2002.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FRANCISCO, Papa. *Laudato si*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2015.

FERNANDES, Florestan (org.). *Marx e Engels*. São Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1989.

FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em Processo*. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

HARDT, Michael. A sociedade mundial de controle. In: ALLIEZ, Éric (org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Ed. 34, 2000, p. 357-372.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LA BOÉTIE, Etienne de. Discurso da servidão voluntária. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LOPES, Leandro Alves. *Uma narrativa sobre a formação dos educadores sociais no Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto: percepções sobre a práxis e o desenvolvimento profissional*. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020.

PASSETI, Edson. *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo: Cortez, 2003.

POCHMANN, Márcio (org.). Políticas de inclusão social. São Paulo: Cortez, 2004.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. B. (org.) *As artimanhas da exclusão: uma análise ético psicossocial da desigualdade*. 7. ed., p. 97-119. Petrópolis, RJ: Vozes. 2007.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Assistência Social; FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. *Censo dos moradores de rua da cidade de São Paulo: relatório executivo*. São Paulo, 2000.

SENNETT, Richard. *Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. São Paulo: Editora Record, 2012.

SILVA, Cláudia Lucia da. *Estudos sobre população adulta em situação de rua: campo para uma comunidade epistêmica?* Dissertação (Mestrado – Programa de Estudos em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

SOUZA NETO, João Clemente de. *A trajetória do menor a cidadão: filantropia, genocídio, políticas assistenciais*. São Paulo: Expressão & Arte, 2003.

SOUZA NETO, João Clemente de. *Crianças e adolescentes abandonados, estratégias de sobrevivência*. São Paulo: Expressão & Arte, 2002

